RODRIGUES, Cândido Moreira. *A Ordem – uma revista de intelectuais católicos 1934-1945*. Belo Horizonte: Autêntica/FAPESP, 2005

Marcos Gonçalves [1]

A obra do historiador Cândido Moreira Rodrigues é uma contribuição recente ao debate historiográfico que almeja compreender as interações entre o pensamento católico e a cultura política no Brasil republicano. A publicação é fruto de dissertação de mestrado defendida pelo autor na Universidade Estadual Paulista – UNESP, e tem a seu favor o continuado estímulo que a instituição dedica às produções germinadas nos seus cursos de pós-graduação, seja em âmbito de mestrado, ou de doutorado. Com a análise detida em séries temáticas da revista *A Ordem*, entre meados das décadas de 1930 e 1940, Rodrigues ajuda a ampliar o quadro de questões associadas a um período determinado do movimento chamado de "restauração católica", espécie de esforço generalizado empreendido pelos católicos em vários campos para garantir à Igreja maior presença e influência na sociedade. O advento do estado varguista, nos anos 1930, propiciou ao movimento de restauração angariar êxitos, não somente a partir de concessões constitucionais em 1934, mas também ao costurar alianças com as elites dirigentes do país em troca de benefícios materiais e simbólicos. A revista *A Ordem* é um dos pontos de partida da cenografia de "restauração". Nesse aspecto, os intelectuais agregados em torno d'*A Ordem* passaram a se considerar o único segmento da sociedade capaz de oferecer respostas aos problemas nacionais e imprimir novos rumos ao país (p. 16). Rodrigues traça um oportuno quadro das possibilidades analíticas que residem em torno da revista como fonte histórica. Tanto este argumento procede, que os 552 artigos selecionados pelo autor são legíveis sob o prisma cultural, político, e, claro está, religioso (p. 21). O mérito inicial da pesquisa, no entanto, é a proposta de articulação que envolve as três modalidades citadas. Torna-se possível entender que a produção intelectual da revista mergulha numa ampla tradição de textos "canônicos" que embasam sua concepção editorial, e legitimam seu projeto de existência. Rodrigues se interessa em demarcar desde o final do século XVIII quais os textos e teóricos protagonistas de uma determinada linhagem ideológica, que teriam sido marcos de referência

[1] Mestre e doutorando em história, professor da Universidade Federal do Paraná

aos intelectuais que escreviam para *A Ordem* na cronologia escolhida. Em síntese, que sistemas de pensamento ou corrente de idéias estariam a nortear a trajetória da revista no período analisado? Podem-se admitir quebras ou descontinuidades no projeto ideológico da revista? O autor distingue duas matrizes inspiradoras dos intelectuais d'*A Ordem*: político-ideológicas e teórico-filosóficas. Sob a primeira, reúnem-se teóricos contra-revolucionários como Edmund Burke, autor da clássica obra "*Reflexões sobre a revolução em França*", crítica de primeira hora da revolução. Na mesma direção agrupar-se-iam pensadores católicos, como os franceses Louis Ambroise De Bonald (1754-1840), Joseph De Maistre (1753-1821), e o espanhol Juan Donoso Cortés (1809-1853). Idealizadores de uma arquitetura política conservadora que toca na reivindicação por uma sociedade teocrática, converge em suas ideologias a denúncia dos princípios formais da igualdade democrática e da soberania popular. Se para Burke, teórico da contra-revolução, problemas de profundidade como a subversão e o ateísmo eram intrínsecos aos movimentos revolucionários, observa-se nos pensadores franceses a sistemática defesa da harmonia de altar e trono, e a possibilidade de um Estado monárquico confessional (De Bonald). No pensamento contra-revolucionário de De Bonald, o papel de conservação da sociedade seria atribuído à religião cristã (catolicismo) e à monarquia, ou, como salienta Rodrigues: "De Bonald entendia que era através do poder atribuído por Deus a um homem, o monarca, que a dominação exercida sobre a sociedade ganhava legitimidade" (p. 42).

Com as "*Considérations sur la France*", texto escrito em 1797 por Joseph De Maistre temos, segundo Rodrigues, um "marco do pensamento conservador e contra-revolucionário" (p. 51), com a veemente negação da existência de uma Constituição política baseada na deliberação popular. Mais além, com seu "*Du Pape*" (1819), De Maistre irá defender a idéia de um governo teocrático, como se fosse exterior à razão humana. No pensamento do espanhol Donoso Cortés, é exacerbado o discurso contra o liberalismo e o socialismo. A ideologia liberal, na visão de Cortés, "funda suas bases sobre a efetiva negação de dois princípios básicos do catolicismo, que são o pecado original e a atuação da providência nas coisas humanas" (p. 71).

Na avaliação de Rodrigues, três autores contemporâneos edificam através de graus variáveis de influência, as "matrizes teórico-filosóficas" da revista *A Ordem*: Carl Schmitt (1888-1985), Henri Bergson (1859-1941) e Jacques Maritain (1882-1972). A escolha por Schmitt deve-se muito ao contexto histórico em que a análise se

inscreve. Como um teórico que não esconde a simpatia pelo nazismo, Schmitt parte de uma reflexão que acirra a polarização ideológica de meados da década de 1930 e fornece modelos para uma teoria do Estado em que predomina o político sobre o jurídico. Em contrapartida, é Jacques Maritain e nenhum outro filósofo que exercerá tamanha influência intelectual sobre a revista já em finais da década de 1930. Maritain se esforçou por demonstrar que uma simbiose entre cristianismo e democracia era possível, e numa época em que os totalitarismos à direita eram derrotados (final da segunda guerra), essa idéia persuadiu lideranças católicas como Alceu Amoroso Lima a assumirem posturas "mais democráticas". Em Maritain, plano espiritual e plano temporal podem ser distintos, mas não separados. Diante dessa questão, se existe na filosofia de Maritain uma "prevalência do espiritual" (p. 100), há, de outro lado, uma acusação dos tradicionalistas de que ele defende a igualdade religiosa ao desenvolver um modelo pluralista do religioso.

Na seqüência, Rodrigues se mostra metodologicamente hábil ao conciliar duas abordagens contrapostas sobre o papel dos intelectuais no varguismo. Estariam eles tanto imbuídos de um "sentido de missão", sem vínculos necessários com os interesses econômico-sociais (PÉCAUT: 1990), como também a sedução dos intelectuais pelos empregos públicos, e a dependência diante das autoridades seria uma estratégia para preservar suas posições nas elites dirigentes (MICELI: 1979; 2001). Uma ou outra especificidade dos intelectuais católicos estaria subordinada à influência e disseminação do pensamento de Maritain. Ao pregar ideais democráticos, o filósofo auxiliaria grande parte da intelectualidade laica a tomar posição contrária à ideologia autoritária presente no varguismo, e à prática política pendular do ditador em relação aos fascismos e à democracia.

Na última parte do trabalho (p. 138-215), Rodrigues procede ao estudo da atuação da revista *A Ordem* entre os anos de 1934 a 1945. O autor procura realizar o que anuncia no preâmbulo. Assim, o trabalho é feito "a partir de uma seleção e análise minuciosa de alguns artigos publicados em suas páginas por diversos intelectuais católicos de renome e influência, que revelam seus posicionamentos frente a questões nacionais e internacionais, de ordem política, religiosa, e também cultural (p. 21). A busca pela herança do ideário conservador é, sobretudo, enfatizada pela importância que Rodrigues atribui ao postulado antiliberal d'*A Ordem*, e à crítica corrente dos seus intelectuais ao perigo representado pelo comunismo. São retomadas idéias-força no

seio do pensamento conservador como o antiindiviadualismo, o culto da unidade, e a desigualdade natural entre as classes (p. 146). É paradoxal, no entanto, que o jogo de uma débil democracia é assumido pelos católicos com a fundação da LEC (Liga Eleitoral Católica) em 1932, organismo suprapartidário e de "aconselhamento", que deveria congregar em suas hostes os políticos católicos sinceros e introduzir no Parlamento, uma bancada religiosa atuante e defensora dos interesses do catolicismo. Aqui, a revista exerceria um papel de ponta, pois, em conjunto com os parlamentares, levantaria bandeiras em torno dos temas sensíveis ao momento: organização das classes tendo em vista o interesse coletivo (p. 148), combate à Aliança Nacional Libertadora e defesa da Ação Católica (p. 153-167), reivindicação por um projeto educacional de base católica, com a crítica ao pensamento de John Dewey e aos escolanovistas (p. 168-179). Rodrigues identifica em 1938 um "princípio de mudança" na linha da revista mais por conta das rápidas transformações no contexto internacional e menos pela realidade interna proporcionada pelo estadonovismo: "Atenta ao avanço do fascismo na Itália e do nazismo na Alemanha às vésperas da Segunda Guerra Mundial [a perseguição à Igreja Católica tanto num como noutro país, aliada aos fatos internos da sociedade brasileira com a ditadura estadonovista], a revista já não se demonstrava tão reticente quanto antes em relação à atuação desses movimentos no cenário mundial. Apresentava uma posição bem definida de repúdio aos mesmos, já no início de 1938, embora isso não ocorresse de imediato em relação ao governo autoritário no Brasil". (p. 180). A exigência de uma atitude em face dos totalitarismos, e a rejeição a qualquer ameaça à liberdade de um país cristão, conduziu, invariavelmente, à denúncia da ditadura do Estado Novo. Rodrigues conclui que, mesmo em face das mudanças observadas, não há como redimir a revista pelo fato "de ter permanecido em silêncio quanto à censura, às perseguições, às prisões, às torturas etc., desencadeadas pelo governo Vargas durante grande parte do período anterior e posterior a 1937" (p. 220).

Momento alto do trabalho de Rodrigues é o diálogo que desenvolve com os teóricos conservadores em busca das raízes ideológicas inspiradoras d'*A Ordem*. Tal experiência intelectual, já observada em outras pesquisas, é uma reflexão que tende a render bons frutos no caminho de revitalizar nosso entendimento sobre o "outro lado" do pensamento ocidental, ou sobre as permanências culturais em dado presente histórico. Talvez fosse possível maior precisão quanto a especificar a tipologia de catolicismo com a qual Rodrigues operou e a

possibilidade dialética dessa tipologia. *A Ordem* portava, em sua origem, os pressupostos do conservadorismo católico, e imbuía-se de um projeto político essencialmente antiliberal, erigido sob a idéia de "restauração" ou "recristianização". Porém, esse conservadorismo católico pode estar revestido de vários conteúdos. Ele é uma resistência tardia do ultramontanismo do século XIX, ou uma "evolução" para algo mais radical, que, embora negligenciado pela historiografia, relaciona-se às concepções doutrinárias do integrismo, e, por conseguinte, reivindica um regime sem fronteiras jurídicas entre igreja e sociedade política? Neste sentido, além da evidência de mudanças na revista, poder-se-ia traçar os limites de subordinação, e os pontos de distanciamento e aproximação da tipologia extraída d'*A Ordem*, a um modelo de funcionamento engendrado pela alta política eclesiástica, e de acento conceitual nitidamente "*institucional hierárquico*". Essa perspectiva não põe em risco a opção de Rodrigues na segunda parte do trabalho. Sua abordagem de fundo mais descritivo do que analítico, permitiu uma boa clareza dos momentos em que a revista *A Ordem* definiu delicadas rupturas tanto em relação às antigas ascendências teóricas, quanto em face das mudanças que se processavam nas conjunturas interna e externa, e a escolha "democrática" da revista obteve certa ressonância sobre os desdobramentos do catolicismo de pós-guerra no Brasil. A maior ênfase sobre a adoção de uma linhagem historiográfica, ou, sobre a confluência entre linhagens historiográficas entrelaçadas seriam necessárias. Não é o caso de recair num ecletismo sem sentido, mas uma das disciplinas mais favoráveis a essas reciprocidades, e mesmo, ousadias intelectuais, é, sem dúvida, a história. Essa observação, no entanto, não chega a comprometer o rigor acadêmico, a correção e a coerência das argumentações do autor. Afinal, é bastante recomendável a leitura do trabalho de Rodrigues porque ele nos conta uma história repleta de complexidades e que encerra questões dilemáticas situadas entre o passado e o presente, entre os fragmentos do que permanece e a inquietação do que se transforma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a revolução em França*. Tradução de Renato Assumpção Faria *et al*. Brasília: UNB, 1982.

DE MAISTRE, Joseph. *Oeuvres complètes*. Tome I. Genève: Slatkine Reprints, 1979.

_____. *Du Pape*. Paris: Charpentier Libraire-Éditeur, 1860.

MICELI, Sergio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.

_____. Intelectuais Brasileiros. In: _____. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 369-400.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*: entre o povo e a nação. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Ática, 1990.